

OS FILHOS E OS NETOS DOS QUE ANDAM NA GOVERNANÇA: FAMÍLIA E PODER NA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COLONIAL¹

GEORGE F. CABRAL DE SOUZA*

Resumo: As relações de família eram um dos pilares fundamentais da sociedade colonial em vários aspectos. O exercício do poder através das instâncias locais figurava como cenário privilegiado de ação das redes de parentesco. Nesse estudo de caso enfocamos a atuação dos principais grupos familiares no âmbito da Câmara Municipal do Recife durante o período colonial, procurando identificar as mais importantes linhagens da elite local, algumas de suas estratégias e os seus espaços de poder.

Palavras-chave: Família; Elite Colonial; Governo Local

Abstract: Family relations constituted one of the fundamental pillars of Brazilian Colonial society. The exercise of power on the local level was one of the main scenarios for the activities of family networks. This case study focuses on the action of principal family groups within the Municipal Council of Recife during the colonial period and examines the most important lineages of the local elite as well as the strategies they employed and spheres of power they occupied.

Keywords: Family; Colonial Elites; Local Government.

* Doutor em História pela Universidade de Salamanca

Tanto na América portuguesa, como América espanhola, a forte influência da família na vida política é um dos traços mais marcantes na formação do mundo colonial.² A ação das redes de parentesco é uma constante na organização da sociedade e no exercício do poder no Antigo Regime.³ Participar de um *cabildo* ou figurar nas listas de homens bons de uma vila ou cidade de importância mais destacada dependia em larga medida da manutenção de “boas” relações familiares.⁴ Numa sociedade em que o sentimento de família frequentemente supera toda e qualquer outra classe de solidariedade,⁵ não se pode prescindir do conhecimento do papel da família e das redes familiares quando se tenta compreender as dinâmicas internas do império colonial português.⁶ No caso das elites municipais coloniais brasileiras, embora não existissem os mecanismos de auto-perpetuação presentes nas municipalidades hispano-americanas, o fato de que em muitas ocasiões os oficiais municipais fossem oriundos de um grupo unido por laços de parentesco significava na prática que seus interesses estavam sempre sendo representados nos senados.⁷

As redes familiares possibilitavam um apoio fundamental no processo de inclusão, ascensão e consolidação de uma posição social no mundo colonial. O excelente estudo de Santos Pérez sobre a elite guatemalteca, por exemplo, demonstra bem que a formação de laços de parentesco interessava tanto aos adventícios quanto aos elementos já radicados: para os primeiros representava uma possibilidade de se inserir na sociedade local, inclusive no exercício de poder municipal. Para os segundos, uma oportunidade de conseguir gêneros econômica e racialmente aceitáveis.⁸ No império português, onde as relações súdito-coroa se assentavam no que Hespanha definiu como a *economia moral do dom*, o histórico familiar de serviços prestados à monarquia podia ser a chave para alcançar as graças e mercês solicitadas ao rei.⁹

No Brasil colonial as redes familiares desempenharam um papel de relevo, maximizado nos grandes centros comerciais, onde frequentemente se localizavam as instâncias decisórias. Fragoso, a partir de suas análises sobre a elite carioca, identificou uma série de laços familiares com a capitania de Minas, revelando como o casamento podia unir vários pólos de um grupo familiar mais extenso.¹⁰ As redes familiares coloniais dispunham ainda de conhecimentos sobre as

realidades locais que praticamente obrigavam as autoridades delegadas da coroa a manter relações minimamente amistosas com elas. As redes de interesses tecidas pelos governadores no Rio de Janeiro e na Bahia são um bom exemplo.¹¹ Não podemos esquecer do processo de “abrasileiramento” do Tribunal da Relação da Bahia, teoricamente uma instituição hermeticamente fechada às conexões locais, no qual a componente família exerceu um papel destacado.¹² A identificação das redes de parentesco locais e sua inserção nos mecanismo de poder é, portanto, um passo primordial para a compreensão de vários aspectos sociais e políticos da colônia e de suas relações com a cabeça do império.¹³ Observemos algumas das características das relações de parentesco e das estratégias de atuação das famílias que ocuparam com maior frequência os quatro principais cargos da Câmara Municipal do Recife (1º, 2º e 3º vereadores e procuradores) durante o período colonial (1710-1822).

Principais grupos familiares da elite municipal do Recife colonial

Apesar das imensas dificuldades apresentadas pela inexistência ou fragmentação da documentação, foi possível identificar a presença de vários ramos familiares com expressiva e constante representação na edilidade recifense. O mais destacado destes grupos foi o dos *Almeida Catanho*.

A família Almeida Catanho se iniciou em Pernambuco com Joaquim de Almeida (?-1720) e sua mulher Luísa Catanho.¹⁴ Joaquim de Almeida era português natural de Vila Nova de Gaia, filho de um pequeno mercador de tecidos e neto de um carpinteiro. Suas avós eram mulheres de “segunda condição”. Quando se candidatou a um hábito da Ordem de Cristo pela primeira vez, já era um rico comerciante. Seus anos como caixeiro do mercador mulato Luís Cardoso¹⁵ já estavam apagados na memória das testemunhas interrogadas, não obstante, seu pedido foi negado por conta dos defeitos mecânicos de seus antepassados. Recorrendo da decisão, argumentou que havia prestado muitos serviços à coroa, entre eles a cessão de escravos para o conserto do Forte do Brum e de dinheiro para os cofres da Fazenda Real em Pernambuco. Além disso, anexou ao processo a folha de serviços que

seu sogro lhe havia dado como dote: 53 anos, 3 meses e 22 dias de serviços militares prestados, inclusive em algumas batalhas na Guerra da Restauração.¹⁶ Joaquim de Almeida integrou a Câmara de Olinda em 1703 e teve participação direta nos fatos principais da criação da Câmara do Recife e na Guerra dos Mascates.¹⁷

Os Almeida Catanho estiveram presentes na Câmara do Recife praticamente desde a sua fundação até a independência em 1822. Cinco gerações dessa família exerceram quinze mandatos, sendo que Joaquim de Almeida Catanho (c. 1725-1800), neto do fundador do clã, foi o elemento que mais mandatos exerceu: seis no total.¹⁸ Mesmo quando descendentes diretos da família não estavam representados nos cargos principais, o clã não deixou de ter representação. Além de ter presença garantida nas assembléias eleitorais, vários genros e cunhados dos Almeida Catanho ocuparam cargos na vereança. Um deles foi Gabriel da Silva Lago, 2º vereador em 1719, genro de Joaquim de Almeida. Lago havia antes servido como capitão-mor do Ceará entre 1706 e 1710.¹⁹ As conexões dos Almeida Catanho incluíam tanto grupos familiares fundados por outros adventícios, como era o caso de Miguel Correia Gomes (sogro do filho de Joaquim de Almeida)²⁰, como por ramos das famílias de presença mais antiga na capitania, neste caso, os Albuquerque e Melo da freguesia do Cabo.²¹ Na quarta geração da família, Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque se casou com Ana Francisca Eufêmia do Rosário, filha do genealogista Borges da Fonseca, ele mesmo vereador em 1744 e governador do Ceará de 1765 a 1781.²² Talvez por isso, o guardião da pureza das famílias locais incluiu no seu rol da *Nobiliarquia Pernambucana* essa linhagem, cuja origem, já sabemos, nada tinha de nobre.

Outro grupo familiar fundado por adventícios enriquecidos que alcançou grande projeção local e constante representação municipal foi o dos irmãos João e Luís da **Costa Monteiro**. Ambos se estabeleceram em Pernambuco a princípios do século XVIII e receberam da coroa uma série de privilégios para a instalação de curtumes na capitania e em suas anexas. Os dois irmãos e seus descendentes em quatro gerações – dez elementos identificados no total – exerceram treze mandatos entre 1728 e 1822.²³ Assim como no caso dos Almeida Catanho, os Costa Monteiro se conectaram pelo matrimônio com figuras de destaque

da sociedade local e com elementos da burocracia imperial, havendo inclusive uma das netas de João da Costa Monteiro se casado com um desembargador do Tribunal da Relação da Bahia.²⁴

No dia 21 de novembro de 1729, se casaram na Igreja Matriz do Corpo Santo um português filho de lavradores e uma pernambucana filha de um boticário também português. Os noivos eram José *Vaz Salgado* (c. 1697-1759) e Teresa Maria de José, casal que acumulou um dos maiores patrimônios na capitania na primeira metade do século XVIII.²⁵ O minhoto José Vaz Salgado ocupou o posto de 2º vereador em 1733. Seu filho homônimo, comerciante e senhor de engenho como seu pai, atuou como 2º vereador em 1777. Em 1763, Vaz Salgado Júnior se casou com Ana Teresa Correia de Araújo, filha de Manuel Correia de Araújo. Ficaram assim estabelecidas as relações de parentesco entre pelo menos sete oficiais das duas famílias ao longo das três gerações seguintes.²⁶ Os descendentes da família continuaram desempenhando atividades nos setores de produção e comercialização na capitania, participando do movimento de 1817 e tendo representação na primeira legislatura da Assembléia Provincial entre 1835 e 1837.²⁷

Uma interessante rede de parentesco – iniciada mais ou menos na mesma época dos movimentos políticos que resultaram na fundação da Câmara do Recife – serviu como verdadeiro nó de ligação entre diferentes ramos da elite municipal recifense. Nos referimos a família dos “*Quatro Cunhados*”, epíteto pelo qual ficou conhecido o arranjo matrimonial de quatro grandes comerciantes portugueses radicados no Recife com quatro irmãs pobres, em virtude de um promessa religiosa.²⁸ Os quatro cunhados eram Miguel Correia Gomes, João da Rocha Mota, Domingos da Costa Araújo e João Fernandes Silva. O primeiro participou diretamente nos principais eventos da Guerra dos Mascates e os dois últimos foram oficiais municipais no Recife em 1712 e 1713 respectivamente. A descendência dos quatro entroncou com as famílias Almeida Catanho, Costa Monteiro e Albuquerque e Melo, além de contar com outros muitos genros/cunhados de grupos menos destacados ao longo de cinco gerações.²⁹

Entre os grupos familiares de origem portuguesa com participação destacada no exercício de poder local convém destacar ainda o dos *Pires Ferreira*, cujos descendentes desempenharam um papel importante no

contexto das disputas políticas na época da Independência. O fundador do ramo foi Domingos Pires Ferreira, oriundo da região de Trás-os-Montes, provavelmente chegado a Pernambuco aos 14 anos em 1732.³⁰ Em 1743, sua assinatura aparece em uma representação de comerciantes do Recife.³¹ Três de seus filhos, Manuel, Joaquim e João de Deus Pires Ferreira foram eleitos para cargos municipais entre 1792 e 1812, ocupando seis mandatos nesse intervalo de tempo.³² Os Pires Ferreira atuavam fortemente no comércio e no exercício de variados postos na burocracia imperial em Pernambuco.³³ Obviamente o histórico político da família acabou dominado pela figura de Gervásio Pires Ferreira devido a sua atuação nos eventos políticos do primeiro quartel do século XIX.³⁴

Na busca pelas relações de parentesco entre os 307 ocupantes dos quatro principais cargos da Câmara do Recife entre 1710 e 1822, identificamos apenas um ramo familiar de origem rural com presença mais freqüente no senado da vila. Esse ramo se constituiu pela junção dos *Paes Barreto* e dos *Albuquerque e Melo*. As duas famílias remontam ao início da colonização de Pernambuco e se conectaram no final do século XVII.³⁵ Nesse ramo as relações não são tão próximas como no caso das redes familiares urbanas já comentadas. Elementos da família Paes Barreto foram eleitos em três ocasiões em 1718, 1728 e 1733. A nomeação de 1728 foi a de Felipe Paes Barreto, conhecido por suas desventuras nos intentos de conseguir um hábito da Ordem de Cristo, lances que foram magistralmente descritos por Evaldo Cabral de Mello em *O nome e o sangue*. Os Albuquerque e Melo, tiveram seu primeiro representante na Câmara em 1719: foi Afonso de Albuquerque e Melo, primo do referido Felipe Paes Barreto. Posteriormente, entre 1760 e 1779, Afonso de Albuquerque e Melo (sobrinho) e seu filho André de Albuquerque e Melo acumularam sete mandatos, o que indica uma forte capacidade de interferência no colégio eleitoral municipal.³⁶ Os Albuquerque Melo estabeleceram ainda relações familiares com vários integrantes do grupo mercantil recifense.³⁷

Além dos grupos principais a que nos referimos, foi possível identificar ainda no âmbito da elite municipal recifense algumas redes menores que se conectavam aos grupos maiores através de matrimônios. Esse era o caso, por exemplo, de Luís da Cunha, José Inácio da Cunha e Luis José Monteiro da Cunha, respectivamente pai, filho e neto. José

Inácio se casou em 1754 com uma filha de Luís da Costa Monteiro, passando a integrar o círculo desse grupo.³⁸

Parentesco e estratégias familiares

A família – seja aquela composta por laços sanguíneos, seja os grupos mais amplos formados através do casamento – atuava como base de apoio para várias estratégias em diversos aspectos da vida. Os laços familiares eram fundamentais, por exemplo, para facilitar a migração, a inclusão e ascensão social e econômica no âmbito da colônia. Em relação ao exercício de poder local, a possibilidade de contar com vários parentes no colégio eleitoral de homens bons representava a garantia de ter um representante na municipalidade, posto que os mandatos eram anuais e, pelo menos oficialmente, um mesmo indivíduo não pudesse servir em dois ou mais anos consecutivos.³⁹

No caso dos oficiais de origem portuguesa, as redes familiares começavam a agir antes mesmo da travessia oceânica. Para um jovem português, deixar sua aldeia e se encaminhar a Lisboa ou Porto podia representar uma ação mais transcendente que cruzar o oceano. Superar esta primeira fase dependia freqüentemente da ajuda de um parente, ou de um amigo da família. Depois do processo de formação básica nas lides comerciais – o aprendizado da leitura, escrita e de noções primárias de matemática⁴⁰ – o passo seguinte era se dirigir a uma das colônias, seja como representante de parentes em Portugal ou atendendo ao chamado de familiares na colônia.

Muito representativa é a trajetória de Antônio Marques da Costa Soares (1764-c.1840), potentado local no Recife, procurador da Câmara em duas ocasiões. Em seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício encontramos as informações sobre sua juventude. Seus avós maternos morreram em “suma pobreza”. Seu avô paterno se dedicava inicialmente a criar e transportar galinhas para os mercados de Lisboa. Posteriormente alugou um moinho de grãos. Sobre o pai de Costa Soares, as testemunhas comentaram que, quando jovem, trabalhou de enxada em fazendas no Alentejo e depois passou a transportar a farinha que o pai moía. A situação melhorou depois que dois tios de Costa Soares que viviam do comércio em Lisboa começaram a ajudar os

parentes da província. De fato, uma das testemunhas afirmou que o pai de Costa Soares, depois de remediar sua pobreza com ajuda dos irmãos, chegou a possuir “cavalgadas e criados que lavravam suas terras”. Os dois tios de Costa Soares foram à Lisboa ajudados por uma amiga da família que os introduziu como empregados na loja de um homem para quem trabalhava como criada. Estes tios, depois de realizarem várias viagens ao ultramar e de consolidarem sua própria situação, deram a oportunidade que mudou a vida de Costa Soares e de um irmão seu cujo nome não sabemos. O irmão foi encaminhado aos estudos superiores em Coimbra e foi designado para um posto da justiça nas colônias. Costa Soares foi treinado nos negócios e depois enviado a Pernambuco como representante dos tios. Na colônia alcançou uma riqueza considerável, deixando ao morrer um patrimônio gigantesco que incluía inúmeros imóveis urbanos, engenhos, escravos, embarcações e dívidas ativas.⁴¹

Os laços de parentesco eram fundamentais na escolha do momento e do local para aonde migrar. Em muitas ocasiões os jovens eram enviados diretamente a um parente com o objetivo de trabalhar como caixeiro. Foi o caso de João de Pinho Borges, pai de um oficial municipal homônimo, que foi mandado expressamente para a casa de seu padrinho no Recife, Manuel Álvares Ferreira, comerciante que foi edil em 1735 e 1738.⁴² Outros exemplos dentro da elite municipal recifense são os de José Ribeiro Ribas⁴³ – oficial municipal em 1715 e 1725 e que trabalhou inicialmente como caixeiro de seu irmão Simão Ribeiro Ribas, que também chegou a homem bom⁴⁴ – e José Rodrigues Colaço – vereador em 1730, que realizou a travessia para Pernambuco chamado por um irmão que tinha na capitania.⁴⁵ Somente com forte apoio – provavelmente no âmbito familiar – seja na colônia, seja em Lisboa ou no Porto, se pode explicar a rápida consolidação de alguns integrantes da elite municipal como comerciantes, como no caso de Domingos da Mota Nunes, que chegou ao Recife em 1760, mais ou menos aos 20 anos, já aparece em 1763 como proprietário de uma loja.⁴⁶

O desaparecimento de muitos documentos de registro de nascimentos, casamentos e óbitos das igrejas do Recife não permite desenhar um quadro completo dos laços familiares da elite municipal recifense, mas, apesar disso, foi possível identificar que 34 oficiais municipais foram filhos de outros homens bons. Esse número

provavelmente era muito mais elevado, como pode indicar a repetição de nomes de família ao longo do período estudado. Entretanto, não havendo explícita comprovação documental, preferimos não contabilizar todos os prováveis casos.⁴⁷

Analisando a composição das listas gerais de homens bons do Rio de Janeiro do período que vai de 1794 a 1822, Gouvêa encontrou um conjunto de 348 elegíveis. O número é bastante elevado porque inclui a todos os que eram aptos para exercer cargos municipais. Desse total, 91 homens bons possuíam algum tipo de parentesco (não informado pela autora), o que representava cerca de 26% do total de identificados. Em nosso estudo sobre a Câmara Municipal do Recife colonial examinamos um intervalo de tempo mais amplo, entretanto, concentramos o enfoque entre os que efetivamente foram eleitos. A comparação nos permite perceber a solidez e a disseminação dos laços de parentesco no Recife onde somente entre pais e filhos – em alguns casos alternando-se nas listas trienais – já encontramos cerca de 22% do total de eleitos. Este percentual se elevaria muito se fossem incluídos, como parece haver sido a opção de Gouvêa, outros níveis de parentesco (irmãos, sogros/genros, cunhados, primos, etc.).⁴⁸

O perfil que traçamos da elite municipal recifense do período colonial permite-nos perceber que as linhagens mais importantes presentes com maior constância nas listas de eleitos para a municipalidade foram iniciadas em Pernambuco a princípios do século XVIII por imigrantes portugueses. Os ramos familiares Almeida Catanho, Costa Monteiro e dos “Quatro Cunhados” reúnem internamente, em combinação entre si e/ou com outras linhagens secundárias, uma quantidade considerável de homens bons. Os ramos fundados por portugueses funcionavam como receptores das novas levadas de imigrantes, pelo menos no contexto da elite municipal. As filhas de oficiais portugueses freqüentemente se casaram com portugueses dedicados ao comércio que *a posteriori* também participavam da administração municipal. Foi possível identificar a naturalidade dos sogros de oficiais municipais portugueses em 49 casos. Em 40 ocasiões um oficial português tinha por sogro outro português. Em pelo menos 18 ocasiões sogro e genro foram oficiais municipais, sendo que em um desses casos o oficial se casou duas vezes, ambas com filhas de

portugueses: Julião da Costa Aguiar, natural de Lisboa se casou a primeira vez com em 1713 com Inácia Campelo, filha de Antônio Rodrigues Campelo (vereador em 1713 e 1724) e a segunda vez com Maria Correia Gomes, filha de Miguel Correia Gomes, um dos “Quatro Cunhados”.⁴⁹

Dessa maneira, as famílias iam constituindo laços locais mais fortes e ao mesmo tempo mantinham ligações com Portugal, o que seria especialmente importante para os que se dedicavam ao comércio, ou para conservar os contatos na metrópole, fundamentais nos momentos em que era necessário resolver questões ou fazer petições à coroa.⁵⁰ É inegável o interesse dos adventícios em se integrar nas redes locais, tanto por questões comerciais como por razões sociais. No âmbito da elite municipal recifense essa tendência parece dirigida mais aos grupos de recente formação que às antigas famílias de terra-tenentes. Seria necessária uma quantidade de dados maior e mais abrangente para propor um modelo de integração social entre os recém-chegados e a sociedade local, entretanto, não podemos esquecer que o grupo estudado representa o núcleo de uma elite local. Trata-se de um grupo reduzido mais que se encontrava na posição de gerar modelos de comportamento para o restante das famílias locais. Por isso consideramos que a tendência observada é um dado que não deve ser menosprezado.

Observando as informações recolhidas sobre os oficiais nascidos no Brasil, nos deparamos com um perfil bem diferente. Foi possível identificar o local de nascimento dos sogros de 48 oficiais municipais “brasileiros”. Neste grupo, 25 se casaram com filhas de “brasileiros” e 23 com filhas de portugueses. Não se reproduz, por tanto, a tendência genro/sogro conterrâneos, como ocorre no caso do grupo português. Na realidade há um claro equilíbrio, o que denota que parece haver menos resistência a (ou maior interesse por) matrimônios entre um “brasileiro” e a filha de um português que entre um português e a filha de um “brasileiro”.

A tendência a uma certa endogamia no grupo mercantil já se manifestava na segunda metade do século XVII, especialmente quando as tensões com o grupo de proprietários agrários se encontravam em seu ápice. A antipatia era correspondida pelos senhores de engenho, que não viam no Recife “*homem capaz de ser vereador, porque só*

podiam saber e dar voto nos negócios de venda e compra, pois essas eram as matérias em que atualmente se exercitavam". As preferências dos comerciantes podiam estar relacionadas com aspectos práticos do mundo dos negócios que seriam simplificadas por uniões dentro do grupo, por exemplo, a negociação do pagamento dos dotes, a fusão de capitais e a anulação dos riscos de prejuízo decorrentes dos hábitos de "desperdício" das famílias senhoriais.⁵¹

Acreditamos que outras várias razões poderiam explicar essa tendência à flexibilização parcial no distanciamento entre os dois grupos principais da elite municipal recifense. Primeiramente a garantia por parte das famílias da nobreza da terra de um enlace estrategicamente funcional sem os riscos de perda de patrimônio da linhagem. Ao casar um filho com uma filha de um comerciante, se estabelecem relações que podem ser bastante úteis em questões de crédito e de acesso aos mecanismos de poder. Ao mesmo tempo não se corre o risco de ver desaparecer os sobrenomes seculares substituídos por um nome de família inexpressivo. O matrimônio de uma filha de senhor de engenho, por outro lado, não redundava na obrigatoriedade da transferência dos engenhos para outra linhagem, uma vez que, em geral, os herdeiros deles eram os varões.⁵² O comerciante, não obstante, adorna sua linhagem com a presença de medalhões da sociedade local em seu círculo de contatos, sempre vigilante para evitar o desmoronamento dos negócios procurando delegar a administração aos herdeiros que apresentem mais habilidade para a vida mercantil, recrutando-os, quando necessário, na Península ou entre reinóis chegados à colônia.

Não podemos esquecer ainda que aspectos genealógicos – raciais ou religiosos – e de condução de vida interferiam nas escolhas matrimoniais dos dois grupos. Não obstante o fato de que as distinções entre cristãos velhos e novos foram perdendo importância, especialmente depois das reformas pombalinas, é inegável que lidamos aqui com um grupo social que dava muito valor a uma série de distinções que podiam se tornar inalcançáveis no caso de que uma mácula, uma nota de judaísmo, um defeito de sangue enfim, se fizesse público. Em Pernambuco era voz corrente que muitos dos representantes das velhas famílias locais tinha ascendência cristã-nova, ou inclusive a presença de judaizantes entre seus antepassados.

Para não ir mais longe, dispomos de um exemplo bastante ilustrativo dentro do próprio grupo analisado. Nos referimos a Francisco do Rego Barros, 1º vereador da vila do Recife em 1783, portador de um dos sobrenomes mais tradicionais da capitania. Francisco era fidalgo da casa real e em 1755 havia se casado com Ana Maria José de Melo, da família Paes Barreto. Seu pai homônimo foi o provedor da Fazenda Real em Pernambuco, cargo que pertencia aos Rego Barros desde o final do século XVII. Entretanto, ao se realizarem as investigações sobre a limpeza de sangue de seus antepassados, para a sua habilitação a familiar do Santo Ofício, pouco antes de 1773, as testemunhas afirmaram que se conhecia que sua primeira ascendente no Brasil tinha fama de cristã-nova.

Em Francisco do Rego Barros aparecia também a marca da mestiçagem racial, talvez ainda mais repugnante para uma sociedade escravista e racista. As testemunhas afirmaram que o avô de Francisco, João do Rego Barros, tinha “nota pública de mulato” que vinha de Arcângela Silveira, avó do avô de Francisco (ou seja, sua trisavó). Para a sorte de Francisco, a parenta cristã-nova viveu no século XVI e a “nota de mulato” já quase era “muito leve no habilitando”.⁵³ A fama dos dois defeitos de sangue que lhe atribuíram os interrogados não impediu Francisco de receber o seu hábito, mas ainda eram comentadas nos círculos sociais freqüentados por este oficial.

Não seria descabido então considerar que um comerciante que experimentou o êxito nos negócios tivesse especial preocupação em garantir o acesso aos signos de distinção social encarnados nos hábitos das ordens militares ou de familiar do Santo Ofício, não somente para si mesmo, mas também para os seus descendentes. Para tanto, era necessário atentar para a “pureza” dos cônjuges.⁵⁴ Para um elemento que se empenha duramente em escalar a hierarquia social e figurar entre a elite local, o matrimônio com uma mulher com traços de mestiçagem, ainda que fosse de boa família, devia provocar uma forte reação negativa, não de ordem sexual, mas de ordem social.⁵⁵

É significativo que entre os homens de negócio integrados na elite municipal recifense não identificamos nenhuma denúncia de defeito de sangue. Seus defeitos eram de outra categoria. Suas máculas se ocultavam em seus antepassados peninsulares e em seus primeiros anos

na colônia. Suas “mecânicas” se originavam no ambiente de pobreza que deixaram ao fugir para a colônia em busca de oportunidades que jamais lhes seriam concedidas em Portugal.

Se os defeitos mecânicos adquiridos na colônia – máculas derivadas do comerciar, do pesar e medir, do carregar mercadorias sertão adentro, do dividir o chão da loja com escravos durante as noites difíceis dos primeiros anos – eram publicamente conhecidos pela sociedade local, muitas vezes não o eram os herdados de pais e avós miseráveis, avós que às vezes morreram em absoluta pobreza, ou que tiveram que servir a outros homens, suprema humilhação, talvez ainda mais infame que a morte na miséria. A memória destes defeitos repousava nas cabeças de seus conterrâneos de um distante Minho, de uma aldeiazinha inacessível de Trás-os-Montes, e só eram desvelados pela curiosidade dos olhos de falcão e dos ouvidos bem abertos dos investigadores das ordens militares e do Santo Ofício. Mas a riqueza podia cobrir com uma capa de dourado as velhas manchas – mais de um neto de pedreiro conseguiu alcançar um hábito da Ordem de Cristo em troca de umas quantas moedas; mais de um filho de sapateiro foi nomeado familiar do Santo Ofício por ter comprado ações de uma companhia estatal – e, vantagem para eles, se tratava de homens brancos. Um genro rico, branco, cristão-velho, com boas relações com os delegados da coroa e com crédito na praça era sem dúvida uma boa opção de matrimônio. Um rico comerciante como sogro para uma filha: um arranjo familiar com perspectivas muito boas...

Negócios e famílias

Em seu estudo sobre a família no Brasil colonial, Nizza da Silva destacou a prática que existia entre os grandes comerciantes de não se casarem ou de fazê-lo com idade já mais avançada, em um momento em que já se encontrassem bem estabelecidos. Mantinham-se solteiros para evitar as moléstias de realizar um inventário no caso da morte da esposa ou para não ter que lidar com as complicações originadas de um divórcio. A morte do cônjuge obrigava o comerciante a paralisar seus negócios que dependiam de investimentos mais altos ou de garantias sobre o patrimônio: era necessário liquidar dívidas antecipadamente

e realizar partilhas de bens (muitas vezes muito complicadas, especialmente quando existiam sociedades com outros comerciantes). O matrimônio de uma filha legítima implicava em gastos com o dote. Em tais situações havia uma diminuição do capital de giro da casa comercial e muitos transtornos.⁵⁶

Os atos jurídicos normais e correntes da vida eram sempre mais complicados para os grandes comerciantes, e quanto maior o negócio, maiores as complicações. Quando José Afonso Rigueira foi encarregado de administrar o inventário de seu pai, João Afonso Rigueira, solicitou à coroa mais tempo para esclarecer as contas dos negócios, posto que seu pai tinha “*uma das casas comerciais mais antigas e mais complicadas*” do Recife, com relações com negociantes de Lisboa e do Porto. Além disso, José – que era irmão de Pedro Afonso Rigueira, vereador do Recife em quatro ocasiões – teve que fugir de Pernambuco para Inglaterra em 1817, e ao retornar, encontrou os negócios da família em grande desordem.⁵⁷ Para evitar estes contratemplos, muitos dos grandes comerciantes impunham contratos pré-nupciais a suas futuras esposas ou ofereciam no lugar do dote das filhas o pagamento de ajudas de custo para a manutenção da residência das filhas e genros.⁵⁸

Catherine Lugar, em seu estudo sobre a comunidade mercantil soteropolitana entre 1780 e 1830, identificou três tipos de comportamentos entre os homens de negócio daquela praça: o filantropo sem herdeiros, o mercador-senhor de engenho com família e o solteiro com parentes como herdeiros (irmãos, primos ou sobrinhos).⁵⁹ Os dois primeiros tipos aparecem também no setor mercantil da elite municipal recifense. Não foi possível identificar o terceiro tipo de arranjo familiar. Entretanto, identificamos entre os oficiais municipais um tipo que combina – mesmo que de forma heterodoxa – a precaução frente às complicações legais que um matrimônio podia gerar e a vida familiar. Nos referimos aos comerciantes que não oficializavam suas relações, mas que mantinham um consórcio estável com uma mulher solteira com quem tinham filhos naturais. Assim como o *bachelor-merchant mentor* retratado por Lugar, a figura do comerciante pai-solteiro contrasta com o estereótipo do mercador solteiro: avarento, isolado em seu escritório, distante das diversões mundanas e indiferente aos prazeres que a riqueza podia proporcionar.⁶⁰

Sobre Gonçalo José da Silva Lisboa – português, comerciante com 80 mil cruzados de patrimônio em imóveis e dinheiro vivo, oficial municipal em quatro ocasiões – se dizia em 1817 que era solteiro, mas que tinha “obrigação de família forçosa”.⁶¹ Outro comerciante português, natural de Viana do Castelo, Antônio da Rocha Dantas, 1º vereador em 1749, manteve durante anos uma relação com uma mulher solteira chamada Maria Dias Mendonça. Com essa mulher Antônio teve quatro filhas e dois filhos, todos devidamente reconhecidos.⁶² Em 1737, Antônio se esforçava para conseguir autorização para enviar a Portugal duas filhas que naquele momento tinham cinco e 7 anos de idade, para viver com sua avó.⁶³ Em 1757, seus dois filhos varões, João e José da Rocha Dantas, se graduaram em Coimbra.⁶⁴

Antônio Marques da Costa Soares, a quem já nos referimos anteriormente nesse artigo, também se preocupou em não desamparar seus filhos garantindo que herdassem seu enorme patrimônio. Teve pelo menos onze filhos com uma mulher cujo nome não conseguimos identificar. Costa Soares, que foi provavelmente um dos maiores comerciantes da história de Pernambuco, nasceu em 1764 na vila de Louriçal, nos arredores de Coimbra e chegou ao Recife como representante comercial de seus tios que tinham negócios em Lisboa. Em 1817 já havia reconhecido seus muitos filhos naturais⁶⁵ que se tornaram herdeiros das lojas, mercadorias, engenhos, imóveis, embarcações, escravos, mais de 400 contos de réis em ativos e em dinheiro.⁶⁶ A ilegalidade, do ponto de vista religioso, de sua relação com uma mulher solteira não impediu que Costa Soares gozasse do prestígio de ser um dos familiares do Santo Ofício em Pernambuco, distinção que recebeu em 1789.⁶⁷

Política e família

A aproximação aos assuntos de família da elite municipal recifense permite ainda vislumbrar interessantes aspectos da cena política nos momentos que antecedem e durante o período do movimento de independência, assim como nas primeiras décadas do Império. Podemos destacar a existência de homens bons que no final do período colonial e depois da independência se projetam em carreiras

políticas ou burocráticas. Entre os descendentes dos Almeida Catanho, por exemplo, identificamos Manuel Caetano de Almeida Albuquerque, de cujo matrimônio nasceram nove varões que ocuparam uma grande quantidade de postos políticos e administrativos.⁶⁸ Entre estes nove filhos, houve um homônimo que foi eleito para um cargo municipal em 1811. Manuel Júnior se formou em Direito em Coimbra e fez carreira na administração: serviu como juiz de fora em Madeira, intendente dos diamantes em Minas Gerais e desembargador do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Depois da independência atuou como deputado na assembléia constituinte de 1823, como ministro do supremo tribunal de justiça e acabou seus dias como senador do Império.⁶⁹

A formação acadêmica era uma das melhores maneiras de aceder aos altos postos da burocracia. O graduado que conseguia se encartar no serviço real iniciava um *cursus honorum* que podia lhe levar até as disputadas vagas de desembargador em um dos tribunais superiores instalados na colônia (Salvador, Rio de Janeiro a partir de 1751 e Recife já depois da independência) ou no Reino. José Rodrigues Campelo – filho do homem bom Antônio Rodrigues Campelo, 2º vereador em 1713 e 1724 – se formou em Coimbra em 1721. Em 1729 foi admitido no serviço real e atuou como juiz de fora nas vilas de Campo do Ourique e Feira. Posteriormente foi ouvidor em São Paulo. Em 1749 foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação de Salvador, posto que foi obrigado a deixar devido a desentendimentos locais, sendo transferido para a Relação do Porto.⁷⁰

Com o surgimento das instâncias de representação política de âmbito regional a princípios da década de 20 do século XIX, os componentes da elite municipal recifense forneceram os quadros necessários à formação das novas estruturas políticas. Francisco Carneiro do Rosário, por exemplo, foi o articulador da representação política de Pernambuco nas Cortes de 1821.⁷¹ Pelo menos sete deputados eram afilhados políticos seus, entre eles podemos destacar Domingos Malaquias Pires Ferreira – casado com sua prima que era filha e neta de oficiais municipais – e Manuel Zeferino dos Santos, vereador em 1804 e neto materno de outro edil. Posteriormente Manuel Zeferino ocuparia uma cadeira na primeira assembléia provincial de Pernambuco (1835), após haver sido o quinto presidente de Pernambuco entre 14 de

novembro de 1832 e 30 de setembro de 1833.⁷² Outro exemplo é o de Joaquim José de Miranda, oficial municipal em 1811 e 1815, que foi deputado nas cortes de Lisboa além de participar na junta governativa de Gervásio Pires Ferreira.⁷³

Na primeira legislatura da Assembléia Legislativa de Pernambuco, entre 1835 e 1837 encontramos Nicolau José Vaz Salgado, vereador em 1815, filho e neto de outros oficiais municipais.⁷⁴ Já vimos que os Vaz Salgado constituíram uma das linhagens principais na elite municipal. Nessa mesma legislatura aparecem os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios, filhos de Francisco Carneiro do Rosário⁷⁵, homem bom do Recife, que teve ainda um terceiro filho na governança da terra, o oficial municipal de 1812, Manuel Carneiro Machado Rios.⁷⁶ Podemos destacar ainda a presença de Francisco Xavier Pereira de Brito (1786-1844), médico formado em Coimbra. Pereira de Brito, vereador em 1815, entrou na Assembléia como suplente, mas assumiu a titularidade do cargo e o exerceu até a sua morte. Antes de compor a Assembléia provincial foi nomeado médico do Tribunal da Relação em 1822 e integrou as duas juntas de governo de Pernambuco de 1823 e 1824. Atuou também como delegado do físico-mor do Império.⁷⁷

Entre os 36 deputados e os 14 suplentes dessa primeira legislatura abundam os sobrenomes que durante boa parte do século XVIII e nas duas primeiras décadas do XIX figuraram na Câmara do Recife: Cavalcanti de Albuquerque, Maciel Monteiro, Moreira de Carvalho, Rodrigues Campelo. A identificação completa destes laços familiares escapa aos nossos objetivos aqui posto que seria necessário para tal fim realizar a prosopografia da Assembléia. Entretanto, parece claro que há muitas conexões diretas e muitas mais indiretas (através de casamentos com filhas e irmãs de homens bons do Recife).

Em linhas gerais podemos afirmar que dentro do conjunto de homens bons da vila do Recife que ao longo do período colonial exerceram os cargos do Senado existiam redes de parentesco cujos eixos principais se entrelaçavam, formando um intrincado tecido de relações familiares. Os grupos familiares de fundação mais recente – iniciados por adventícios portugueses, entre os quais se destacam os Almeida Catanho, os Costa Monteiro, os Pires Ferreira, entre outros – parecem haver tido mais protagonismo que as linhagem mais antigas de origem rural.

Apesar da existência de laços familiares entre grupos urbanos e rurais, os dados recolhidos indicam que, pelo menos dentro do grupo de homens habilitados a participar das listas eleitorais, havia uma maior constância de ligações matrimoniais entre oficiais de origem portuguesa com filhas de portugueses, enquanto que entre os oficiais nascidos no Brasil, praticamente se nota um equilíbrio entre o número de casamentos com filhas de outros brasileiros e de portugueses. A presença de uma maior empatia entre os elementos do grupo português, a necessidade de integração no grupo mercantil e os cuidados de ordem genealógica e racial podem haver interferido nas escolhas matrimoniais desse setor da elite municipal do Recife.

As famílias que durante o período colonial integraram a base de recrutamento para os postos na municipalidade recifense conseguiram alargar suas áreas de atuação política, através da formação universitária dos filhos ou do matrimônio das filhas com funcionários ou oficiais militares representantes da coroa. Uma vez graduados em Coimbra os filhos dessa elite municipal ingressavam na burocracia imperial chegando a alcançar, em algumas ocasiões, altos postos na justiça ou administração. Por outro lado, depois da ruptura dos laços políticos entre a colônia e Portugal, vários elementos da elite municipal do Recife e de suas famílias começaram a integrar as estruturas legislativas e burocráticas do Império, tanto no âmbito local, como no nacional.

A forte interferência da família nas instâncias de poder local, interferência comprovada pelo estudo de caso da Câmara do Recife no período colonial, obriga a qualquer investigador das instituições coloniais a dedicar especial atenção à atuação das redes de parentesco e de interesse. A prosopografia é a metodologia que melhor serve a esse objetivo. Só dispondo desse *background* de informações – infelizmente nem sempre acessíveis – se torna possível uma compreensão melhor acabada do exercício de poder no Brasil colonial.

FONTES

1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Habilitações - Ordem de Cristo

- Joaquim de Almeida, letra J, maço 94, número 1.
- Joaquim de Almeida Catanho, letra J, maço 8, número 8.
- Joaquim José Vaz Salgado, letra J, maço 66, número 56.
- José Vaz Salgado Júnior, letra J, maço 37, número 6.

Habilitações – Familiar do Santo Ofício

- Antônio Marques da Costa Soares, maço 196, diligência 2923.
- Domingos da Mota Nunes, maço 46, diligência 772.
- Domingos Pires Ferreira, maço 28, diligência 532.
- Francisco do Rego Barros, maço 120, diligência 1802.
- João Fonseca da Silva, maço 144, diligência 2824.
- João de Pinho Borges, maço 147, diligência 2179.
- José Inácio da Cunha, maço 95, diligência 1380.
- José Rodrigues Colaço, maço 26, diligência 425.
- Manuel Moura da Silva, letra M, maço 180, diligência 1915.

2. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – Projeto Resgate

Capitania de Pernambuco

- Cx. 50, D. 4454.
- Cx. 51, D. 4494.
- Cx. 101, D. 7899.
- Cx. 154, D. 11113.
- Cx. 269, D. 17895.

3. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

- Atas da Câmara do Recife: Livro 3 (1761-1784), Livro 4 (1784-1806), Livro 5 (1806-1817), Livro 6 (1817-1829).
- Livro de Registro de Correspondência 1733-1808.
- Inventário, Antônio Marques da Costa Soares, c. 1840.
- Inventário de João Afonso Rigueira, 1813-1819.

4. Arquivo da Ordem Terceira do Carmo do Recife

- Livro de Escolas da Mesa da Ordem Terceira do Carmo.
- Livro de Irmãos da Ordem Terceira do Carmo.

5. Arquivo da Matriz de Santo Antônio do Recife

- Livro de Batismo da Matriz de Santo Antônio n. 1, 1790-1792.

Notas

- ¹ Este artigo é um extrato do capítulo 6 de nossa tese de doutoramento intitulada *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*, orientada pelo Prof. Dr. José Manuel Santos Pérez e defendida na Universidade de Salamanca. No capítulo original, as redes familiares que comentamos aqui foram analisadas em detalhes. Por questão de espaço, limitamos aqui as informações resultantes da pesquisa ao mínimo possível para conservar o sentido do texto. Os interessados em conhecer a análise com mais detalhes – inclusive com os diagramas genealógicos de cada família devem consultar o referido capítulo (pp. 343-395), assim como o Anexo de Resumos Biográficos da tese (pp. 699-908). Agradecemos a CAPES pelo financiamento da pesquisa da qual este artigo é uma fração dos resultados.
- ² “*J. Clyde Mitchell identifica a la red como ‘un conjunto específico de conexiones – o lazos – entre un grupo definido de personas con la propiedad adicional de que dichas relaciones, consideradas como una globalidad, pueden ser utilizadas para interpretar el comportamiento social de las personas consideradas.’ (...)* La noción de parentesco viene a incluir todos aquellos individuos llamados o identificados como “*parientes*” de un actor social, ya sea mediante relaciones fundamentadas en la sangre o en el nombre – parentesco de tipo familiar que puede coincidir con el linaje –, en la alianza matrimonial o espiritual – parentesco de tipo político –, así como en la co-residencia – parentesco que puede ser a la vez de uno y de otro tipo.” BERTRAND, M. – “La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales”, in: SCHRÖTER, B., BÜSCHGES, C. (Orgs.) – *Beneméritos, aristócratas y empresarios: identidades, estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispánica*, pp. 43 e 45; MITCHELL, J. C. – *Social network in urban situation*, p. 2, citado por Bertrand.
- ³ “*A historiografia atual está hoje bem consciente da importância estruturante da família e de sua imagem na sociedade de antigo regime. Essa importância decorre de duas ordens de factos. Em primeiro lugar, do facto de que a família constituía uma reserva política e institucional praticamente inviolável por outros poderes, com exceção do poder eclesiástico. Em segundo lugar, do fato de que a “casa” constituiu, desde a idade média até o fim da época moderna, um modelo de organização política dotado de enorme expansão para outras áreas do poder.*” HESPANHA, A. M. – *Poder e instituições no Antigo Regime: guia de estudo*, p. 55.
- ⁴ LOCKHART, J. “Organización y cambio social en la América española colonial”, in: BETHELL, L. (Ed.) – *Historia de América Latina: América Latina colonial, población, sociedad y cultura*, v. IV, pp. 65 e ss.
- ⁵ FREYRE, G. – *Sobrados e mocambos*, p. 41.
- ⁶ GOUVÊA, M. de F. – “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”, in: FRAGOSO, J., BICALHO, M. F., GOUVÊA,

- M. de F. (Orgs.) – *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*, p. 287.
- ⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. – “Governantes e Agentes”, in: BETHENCOURT, F., CHAUDURI, K. (Orgs.) - *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do império (1697-1808)*, v. 3, p. 191.
- ⁸ SANTOS PÉREZ, J. M. – *Elites, poder local y régimen colonial*, pp. 125 e ss.
- ⁹ MONTEIRO, N. G. F. – “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, in: FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA (Orgs.), op. cit., p. 274.
- ¹⁰ FRAGOSO, J. – “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”, in: MONTEIRO, N. G. F., CARDIM, P., CUNHA, M. S. da (org.) – *Optima pars, elites ibero-americanas do Antigo Regime*, pp. 158 y ss.
- ¹¹ GOUVÊA, M. de F. – “Instruments de connaissance et pratiques administratives dans l’Atlantique sud Portugais, XVII-XVIII siècles”; RICUPERO, R. M. – “Honras e mercês. A criação do Governo Geral e a formação da elite colonial”, texto inédito apresentado no Simpósio Regional da ANPUH-São Paulo, em 2002, ambos citados por BICALHO, M. F. – “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia” in: MONTEIRO, CARDIM, CUNHA, op. cit., p. 87, 91 e 92.
- ¹² SCHWARTZ, S. – *Burocracia e sociedade colonial*, pp. 251 e ss.
- ¹³ MONTEIRO, N. G. – “Sociologia das elites locais (séculos XVII e XVIII), uma breve reflexão historiográfica”, in: CUNHA, M. S. da, FONSECA, T. (Orgs.) – *Os municípios no Portugal moderno, dos forais manuelinos às reformas liberais*, p. 65; MELLO, E. C. – *Um imenso Portugal*, p. 276.
- ¹⁴ BORGES DA FONSECA, A. J. V. – *Nobiliarquia Pernambucana*, v. I, p. 181, (doravante citado como NP).
- ¹⁵ MELLO, E. C. de – *A Fronda dos Mazombos*, pp. 130-131.
- ¹⁶ Habilitação à Ordem de Cristo (HOC), Joaquim de Almeida, letra J, maço 94, número 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).
- ¹⁷ MELLO, op. cit., pp. 164, 174, 232, 234 e 262.
- ¹⁸ Os mandatos exercidos pela família Almeida Catanho foram os dos anos 1710, 1754, 1760, 1762, 1769, 1772, 1775, 1776, 1778, 1785, 1793, 1794, 1811 e 1816. MELLO, J. A. G. de – “Nobres e mascates na câmara do Recife (1713-1738)”, in: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LIII, 1981, pp. 113-262 (doravante referido como NMCR); Atas da Câmara do Recife, livro 3 (1761-1784), livro 4 (1784-1806), livro 5 (1806-1817) e livro 6 (1817-

1829), Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP); HOC, Joaquim de Almeida Catanho, letra J, maço 8, número 8, ANTT; Livro de Irmãos da Ordem Terceira do Carmo, f. 676, Arquivo da Ordem Terceira do Carmo do Recife (AOTCR).

¹⁹ NMCR, pp. 172-173.

²⁰ NP, v. I, pp. 182-184.

²¹ Francisco Antônio de Almeida se casou com Josefa Francisca Xavier de Melo e Albuquerque, descendente pela parte materna dos Albuquerque e Melo do Cabo. MELLO, E. C. de – *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco Colonial*, pp. 297-298.

²² PEREIRA DA COSTA, F. A. – *Dicionário de Pernambucanos Célebres*, p. 651, (doravante citado como DPC).

²³ NMCR, pp. 177 e 203; Atas da Câmara do Recife, livros citados na nota 18.

²⁴ Trata-se de Teresa Josefa da Costa, casada com Antônio Ferreira Gil, lisboeta, graduado em direito canônico, ouvidor-geral da Paraíba e, a partir de 1754, desembargador no tribunal supremo. NP, v. I, pp. 78-79; SCHWARTZ, op. cit., p. 324.

²⁵ NMCR, p. 197.

²⁶ HOC, José Vaz Salgado Júnior, letra J, maço 37, número 6, ANTT; Atas da Câmara do Recife, ano 1777, livro 3 (1761-1784), IAHGP.

²⁷ *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (DHBN), v. CV, p. 242; HOC, Joaquim José Vaz Salgado, letra J, maço 66, número 56, ANTT; MARTINS, J. D. – *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, p. 49; PEREIRA DA COSTA, F. A. – *Anais Pernambucanos*, v. VIII, p. 382.

²⁸ NP, v. I, p. 171.

²⁹ MELLO, *A fronda dos mazombos*, p. 262; Idem, *O nome e o sangue*, p. 297; NMCR, pp. 164, 192, 201; Habilitação à Familiar do Santo Ofício, Manuel Moura da Silva, letra M, maço 180, diligência 1915, ANTT.

³⁰ Segundo afirmou quando foi testemunha do HSO de João Fonseca da Silva, maço 144, diligência 2824, ANTT.

³¹ Livro de Registros da Câmara Municipal do Recife, 1733-1808, f. 203, IAHGP.

³² Atas da Câmara do Recife, anos 1792, 1795, 1799, 1801 e 1804, livro 4 (1784-1806) e ano 1812, livro 5 (1806-1817), IAHGP.

³³ HSO, Domingos Pires Ferreira, maço 28, diligência 532, ANTT; AHU_ACL_CU_015, Cx. 213, D. 14452, Cx. 181, D. 12596; MORAIS, F. – “Estudantes da

- Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, in: *Revista Brasília*, sup. v. IV, 1949, p. 301; MARTINS, op. cit., pp. 180-181.
- ³⁴ MELLO, E. C. de – *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, pp. 65 e ss.
- ³⁵ MELLO, *O nome e o sangue*, pp. 294-297.
- ³⁶ Carta do Procurador da Câmara do Recife Manuel Correia de Melo, 4/10/1760, AHU_ACL_CU_015, Cx. 101, D. 7899; Atas da Câmara do Recife, anos 1764, 1765, 1769, 1773, 1774 e 1779, livro 3 (1761-1784), IAHGP; NMCR, p. 165 e 187; NP, v. II, p. 373.
- ³⁷ André de Albuquerque e Melo se casou com Teresa Jesus da Rocha Mota, filha do português comerciante *homem bom* Basílio Rodrigues Seixas. Uma irmã de André, Josefa Francisca de Melo e Albuquerque se casou com o também comerciante português Manuel da Silva Ferreira. Desse matrimônio nasceu Josefa Francisca de Melo e Albuquerque que se casou com Francisco Antônio de Almeida, homem bom da linhagem dos Almeida Catanho. MELLO, op. cit., pp. 273-274; DPC, pp. 124 e 651; NP, v. I, p. 182.
- ³⁸ HSO, José Inácio da Cunha, maço 95, diligência 1380, ANTT; Livro de Esmolas da Mesa da Ordem Terceira do Carmo, ano 1762-1763, AOTCR; NP, v. I, p. 78; Foral de Olinda, livro I, f. 72v; Declaração de Luís José Monteiro da Cunha em auto de justificação de José Antônio Pereira de Carvalho, post. 22/7/1784, AHU_ACL_CU_015, Cx. 154, D. 11113; NMCR, p. 205; MORAIS, op. cit., p. 191.
- ³⁹ O complexo processo eleitoral das instituições municipais – o sistema de pelouros, vigente desde o século XIV – estava regulamentado no título LXVII do Livro I das Ordenações Filipinas.
- ⁴⁰ SILVA, M^a. B. N. da - *História da família no Brasil colonial*, p. 133.
- ⁴¹ HSO, Antônio Marques da Costa Soares, maço 196, diligência 2923, ANTT; Inventário, Antônio Marques da Costa Soares, c. 1840, IAHGP.
- ⁴² HSO, João de Pinho Borges, maço 147, diligência 2179, ANTT.
- ⁴³ José Ribeiro Ribas alcançou todos os signos distintivos apreciados na sociedade colonial de Antigo Regime. Ribas chegou a patrocinar a impressão de um livro de autoria de Frei Antônio do Rosário (1647-1704), intitulado *Frutas do Brasil numa nova e ascética monarchia consagrada à Santíssima Senhora do Rosario*. A obra foi impressa em Lisboa, na Oficina Antônio Pedroso Garlam em 1702. ALMEIDA, P. M. R. de – *Dicionário de Autores no Brasil Colonial*, pp. 353-354; NMCR, p. 193; LORETO COUTO, D. – *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, pp. 386-387; AHU_ACL_CU_015, Cx. 34, D. 3102.
- ⁴⁴ Foral de Olinda, livro I, folha 48, SFO; LORETO COUTO, op. cit., p. 433; MELLO, *A Fronda dos Mazombos*, p. 232; NMCR, p. 216-217.

⁴⁵ HSO, José Rodrigues Colaço, maço 26, diligência 425, ANTT.

⁴⁶ HSO, Domingos da Mota Nunes, maço 46, diligência 772, ANTT.

⁴⁷ As fontes utilizadas para estabelecer este perfil foram as atas e a correspondência da Câmara do Recife, os processos de habilitação de familiar do Santo Ofício e para a Ordem de Cristo e alguns registros eclesiásticos esparsos encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Olinda e Recife e na Igreja Matriz de Santo Antônio.

⁴⁸ GOUVÊA, M. de F. S. – “Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822”, in: *Revista Brasileira de História*, 1998, v. 18, n. 36, pp. 297-330.

⁴⁹ NMCR, pp. 199-200.

⁵⁰ O diário de Antônio Gomes Ferrão Castelobranco, senhor de engenho baiano de meados do século XVIII estudado por Mary del Priore permite conhecer detalhes das artimanhas, rogos e ameaças feitas por Castelobranco a seus parentes em Portugal com a intenção de conseguir privilégios e favores dos funcionários reais enviados à colônia. Ver: DEL PRIORE, M. – “Deus e o Diabo nas terras do açúcar: o senhor de engenho na América portuguesa” – in: DEL PRIORE, M. (org.) – *Revisão do Paraíso, os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*, pp. 15-44.

⁵¹ MELLO, *A fronda dos mazombos*, pp. 127-128.

⁵² Idem.

⁵³ HSO, Francisco do Rego Barros, maço 120, diligência 1802, ANTT.

⁵⁴ Comentando o caso do grande comerciante-banqueiro português Gaspar Pacheco (segunda metade do século XVII), Smith informa que, apesar da grande quantidade de tratos comerciais que esse homem de negócio mantinha com cristãos-novos, sua preocupação em não macular os signos de distinção social alcançados, lhe levaram a evitar ligações de parentescos entre seus descendentes e os descendentes de seus sócios comerciais. SMITH, D. G. – “Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649”, in: *Hispanic American Historical Review*, 1974, v. 54, n. 2, p. 251.

⁵⁵ “*Os que ousassem casar com mulheres de cor ou cristãs-novas ficariam impedidos de concorrer aos quadros burocráticos da monarquia; ingressar nas Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago; integrar o clero; obter vereanças nas câmaras municipais; associar-se a certas irmandades, misericórdias, instituições de caridade e outras – além de igualmente bloquearem toda a sua descendência. É certo que muitos brancarrões endinheirados conseguiam burlar os impedimentos “raciais” beneficiando-se da venalidade de vários cargos, ou das “dispensas especiais”; e não faltaram, ainda, clérigos mestiços em todo o império colonial português. Mas o racismo ibérico era suficientemente poderoso para bloquear muitas aspirações e, com isso, relegar uniões plurirraciais ao mundo instável do concubinato. Anita*

Novinsky nos informa sobre muitos candidatos a familiares do Santo Ofício – função contemplada com prestígio e privilégios – que se viram efetivamente rejeitados por fomas de “mourisco”, “mulatice”, ou até por estarem amancebados com mulheres de cor.” VAINFAS, R. – *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* op. cit., p. 87; BOXER, Ch. R. – *A mulher na expansão portuguesa*, pp. 70-71.

⁵⁶ SILVA, op. cit., pp. 111-115.

⁵⁷ Inventário de João Afonso Rigueira, 1813-1819, IAHGP.

⁵⁸ SILVA, idem.

⁵⁹ LUGAR, C. – *The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830* – p. 226 y ss.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ DHBN, v. CV, p. 244.

⁶² Requerimento do capitão-mor Antônio da Rocha Dantas ao D. João V, pedindo carta de legitimação da escritura em que reconhece a paternidade e torna herdeiros seis filhos naturais, anterior a 26/11/1737, AHU_ACL_CU_015, Cx. 51, D. 4494.

⁶³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o requerimento do negociante Antônio da Rocha Dantas pedindo licença para enviar duas filhas para o Reino, 18/1/1737, AHU_ACL_CU_015, Cx. 50, D. 4454.

⁶⁴ EBC, p. 209.

⁶⁵ DHBN, v. CV, p. 242.

⁶⁶ Inventário, Antônio Marques da Costa Soares, c. 1840, IAHGP.

⁶⁷ HSO, Antônio Marques da Costa Soares, maço 196, diligência 2923, ANTT.

⁶⁸ Os nove filhos de Manuel Caetano de Almeida Albuquerque ocuparam um posto de juiz de fora, dois desembargadores da Relação, um de vice-presidente da província de Pernambuco, um de presidente da província do Rio Grande do Norte, um de comandante militar do Piauí, um de ministro de justiça do Império, um de senador e dois de deputados. AP, v. IX, p. 210; DPC, p. 651; MARTINS, *Mártires Pernambucanos...*, p. 28; Livro de Batismo da Matriz de Santo Antônio n. 1, 1790-1792, f. 161v, Arquivo da Matriz de Santo Antônio do Recife.

⁶⁹ AP, v. VIII, pp. 249 y 478; v. IX, p. 214.

⁷⁰ LORETO COUTO, *Desagravos do Brasil...*, p. 406; SCHWARTZ, *Burocracia e sociedade...*, p. 323.

⁷¹ AP, v. VIII, pp. 140-141.

⁷² AP, v. IX, p. 162 y 188; v. X, p. 35.

⁷³ MARTINS, op. cit., pp. 347-349; AP, v. VIII, pp. 134, 140, 141, 172, 196, 223, 228, 257, 269, 314.

⁷⁴ AP, v. X, p. 35.

⁷⁵ MELLO, J. A. G. de – “Comentários”, in: AP, v. IX, p. CDXCI.

⁷⁶ Requerimento de Manoel Carneiro Machado Rios ao príncipe regente D. João, pedindo passaporte para fazer viagem à capitania de Pernambuco, anterior a 9/7/1807, AHU_ACL_CU_015, Cx. 269, D. 17895.

⁷⁷ AP, v. VII, p. 149; v. VIII, p. 324 y 493; v. X, p. 35; DPC, p. 403.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Palmira Morais Rocha de – *Dicionário de Autores no Brasil Colonial* – Lisboa: Colibrí, 2003.

BERTRAND, Michel – “La élite colonial en la Nueva España del siglo XVIII: un planteamiento en términos de redes sociales”, in: SCHRÖTER, Bernd, BÜSCHGES, Christian (Orgs.) – *Beneméritos, aristócratas y empresarios: identidades, estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispánica* – Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Vervuert, 1999, pp. 35-51.

BICALHO, Maria Fernanda – “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia”, in: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.) – *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime* – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 73-97.

BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano – *Nobiliarquia Pernambucana* – Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1993, 4 vv.

DEL PRIORE, Mary – “Deus e o Diabo nas terras do açúcar: o senhor de engenho na América portuguesa”, in: DEL PRIORE, Mary (Org.) - *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história* – Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 15-44.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, v. CV.

FRAGOSO, João – “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”, in: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.) –

Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 133-168.

FREYRE, Gilberto – *Sobrados e mocambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano* – 10ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva – “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”, in: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 285-315.

_____. “Redes de Poder na América Portuguesa – o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822”, in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, 1998, v. 18, n. 36, pp. 297-330.

_____. “Redes de poder na América portuguesa. O caso do senado da câmara do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX”, in: VIEIRA, Alberto (Coord.) – *O município no mundo português* – Atas do Seminário Internacional realizado em Funchal, de 26 a 30 de outubro de 1998, Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998, pp. 545-561.

HESPANHA, Antônio Manuel – *Poder e instituições no antigo regime: guia de estudo* – Lisboa: Cosmos, 1992.

LOCKHART, J. – “Organización y cambio social en la América española colonial”, in: BETHELL, L. (Ed.) – *Historia de América Latina: América Latina Colonial: población, sociedad y cultura* - Barcelona: Critica, 1990, v. IV, pp. 63-108.

LORETO COUTO, Domingos – *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* – Recife: Fundarpe, 1981.

LUGAR, Catherine – *The merchant community of Salvador, Bahia, 1780-1830* – Ann Arbor: UMI, 1980.

MARTINS, José Dias – *Os mártires pernambucanos, vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817* – Recife: Tipografia F. C. de Lemos e Silva, 1853.

MELLO, Evaldo Cabral de – *A Fronda dos Mazombos Nobres contra mascates: Pernambuco 1666-1715* – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco Colonial*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de – “Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738”, In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LIII, 1981, pp. 113-262.

MONTEIRO, Nuno G. F. – “Sociologia das elites locais (séculos XVII-XVIII). Uma breve reflexão historiográfica”, in: CUNHA, Mafalda Soares da, FONSECA, Teresa (org.) – *Os municípios no Portugal moderno, dos forais manuelinos às reformas liberais* – Lisboa: Colibri, CIDEHUS, 2005, pp. 59-72.

_____. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”, in: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 249-283.

MORAIS, Francisco – “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil”, in: *Revista Brasília*, suplemento ao v. IV, Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

Ordenações Filipinas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (1603), livro I.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto – *Anais Pernambucanos* – 2ª edição, Coleção Pernambucana, prefácio, aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello, Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / FUNDARPE / Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

_____. *Dicionário de Pernambucanos Célebres* – Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, fac-símile da 1ª edição de 1882, Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

PÉREZ, José Manuel Santos – *Élites, poder local y régimen colonial: el cabildo y los regidores de Santiago de Guatemala: 1700-1787* – Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1999.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. – “Governantes e agentes”, in: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Org.) – *História da Expansão Portuguesa*:

o Brasil na balança do Império (1697-1808) – Lisboa: Temas e Debates, 1998, v. 3, pp. 169-192.

_____. “Grupos Sociais”, in: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Org.) – *História da Expansão Portuguesa: do Índico ao Atlântico (1570-1697)* – Lisboa: Temas e Debates, 1998, v. 2, pp. 169-188.

_____. “Local government in Portuguese America: a study in cultural divergence”, in: *Comparative Studies in Society and History*, n. XVI, Cambridge, 1974, pp. 187-231.

_____. “Prefácio”, in: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) – *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-19.

_____. “Senhores de engenho e comerciantes”, in: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (Org.) – *História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697-1808)* – Lisboa: Temas e Debates, 1998, v. 3, pp. 193-209.

SCHWARTZ, Stuart – *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial, 1550-1835* – São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

_____. “Somebodies and Nobodies in the body politic: mentalities and social structures in colonial Brazil”, in: *Latin American Research Review*, Washington: Library of Congress, 1996, v. 31, n. 1, pp. 113-134.

_____. “State and society in colonial Spanish America: an opportunity for prosopography”, in: GRAHAM, Richard, SMITH, Peter H. (Eds.) – *New approaches to Latin American History* – Austin: University of Texas Press, 1974, pp. 3-35.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *História da família no Brasil colonial* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SMITH, David Grant – “Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649”, in: *Hispanic American Historical Review*, v. 54, n. 2, Durham: Duke University Press, 1974, pp. 233-259.

SOUZA, George F. Cabral de – *Os homens e os modos da governança: a câmara municipal do Recife no século XVIII num fragmento da história das instituições do império colonial português* – Recife: Câmara Municipal do Recife, 2003.

_____. “*El post-bellum en Pernambuco: reflejos políticos y sociales de la dominación holandesa*”, in: SANTOS PÉREZ, José Manuel, SOUZA, George F. Cabral de (Eds.) – *El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII* – Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, pp. 203-220.

VAINFAS, Ronaldo – *Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.